

CONHECE TE A TI MESMO: VIRTUALIDADES E DESAFIOS DAS COMISSÕES PRÓPRIAS DE AVALIAÇÃO NO CONTEXTO EAD

CURITIBA /PR MAIO/2017

ANDRÉ LUIZ CAVAZZANI - CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER - andre.ca@uninter.com

**DINAMARA PEREIRA MACHADO - CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL UNINTER -
dinamara.m@uninter.com**

Tipo: INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA (IC)

Natureza: DESCRIÇÃO DE PROJETO EM ANDAMENTO

Categoria: PESQUISA E AVALIAÇÃO

Setor Educacional: EDUCAÇÃO SUPERIOR, EDUCAÇÃO CONTINUADA EM GERAL

RESUMO

O Centro Universitario X, conta com 95.536 alunos matriculados distribuidos em cursos de licenciaturas e bacharelados, nas áreas da educação, gestão, tecnológicas e saúde na modalidade de educação à distancia. Trabalhar com um universo tão grande de pessoas e, por consequência, de subjetividades é bastante desafiador. Requer técnicas aprimoradas de observação, controle e estimativa no sentido de corresponder aos anseios docentes, docentes e institucionais em relação à qualidade de ensino. Instituída a partir da LEI No 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, que regulamenta o processo de Avaliação nacional das Instituições de Ensino Superior do Brasil, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é um instrumento de avaliação institucional interna, que deve ser implementado voluntariamente, nas Faculdades, Centros Universitarios e Universidades brasileiras. A presente comunicação traz a publico resultados retirados da CPA do Centro Universitário X referente ao segundo semestre de 2016. A principal intenção desta comunicação é demonstrar os procesos da CPA, em busca de interlocução com a comunidade academica internacional, partilhando e debatendo alguns dos resultados obtidos pela CPA. Acredita-se que este debate auxiliará entender os resultados desde uma perspectiva sistémica comparando, relacionando, a realidade do Centro Universitário X com a a de outras instituições presentes no congreso. Acreditando na força do diálogo para a compreensão dos procesos pretende-se entender o específico e o geral de nossa realidade.

Palavras-chave: comissão própria de avaliação; licenciatura história EAD;

Educar a distancia no Brasil não é algo novo. Muito pelo contrário, há notícias esparsas de que, em fins do século XIX, já se ensinava a distancia em nosso território. Avançando no século XX, surgem iniciativas mais consistente como a do Instituto Radiotécnico Monitor (1923), do Projeto Minerva (1970), entre outros. (HERMIDA & BONFIM, 2006, p. 8) Contudo, a década de 1990 é entendida por estudiosos como um ponto de virada em função da regulamentação da Educação à Distância, em território nacional, em 20 de dezembro de 1996 pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, posteriormente, pelo Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005 e da regulamentação da modalidade conferida como semipresencial, pelo Decreto 4059, de 10/12/2004. Essas iniciativas permitiram, a ampliação dessa modalidade educacional para o âmbito de cursos de Graduação, Extensão e Pós-Graduação e para uma gama diversa de programas de formação continuada. O contexto de expansão e consolidação da modalidade a distancia no Brasil não deve ser lido de forma isolada. A década final do século XX brasileiro assistiu a um processo sem precedentes de ampliação do ensino universitário. Tal processo consolidado em inícios do século XXI e parece não ter se encerrado. A gama de instituições de ensino superior abertas em inícios do século XXI brasileiro é ampla e variada. Contudo, há que se admitir que nesse caso quantidade nem sempre significa qualidade. Assim, amparado pela mesma lei de diretrizes e bases refrendada anteriormente o governo brasileiro, institui um programa de avaliação continuada do ensino superior brasileiro chamado de SINAES (*Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior*) LEI No 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004.

Assim, um dos grandes objetivos gerais do SINAES refere-se à melhoria da qualidade da educação superior. De forma mais específica podem ser destacadas outros objetivos tais como a orientação da expansão da oferta de cursos superiores, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, *a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.*

Para atingir tais objetivos o SINAES vale-se de uma gama de instrumentos e Avaliação e, logicamente, Auto- Avaliação. Destaca-se nessa direção, por exemplo, o ENADE, que consiste numa prova aplicada aos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação. São testadas suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

Se mencionamos o ENADE a título de exemplo, no instrumento de Avaliação que mais nos interessa aqui é a CPA inscrita como inciso da mesma lei LEI No 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004. Detaca-se aqui o excerto da lei referente à CPA:

Art. 11. Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação desta Lei, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP, obedecidas as seguintes diretrizes:

I – constituição por ato do dirigente máximo da instituição de ensino superior, ou por previsão no seu próprio estatuto ou regimento, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;

II – atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação superior.

Art. 12. Os responsáveis pela prestação de informações falsas ou pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação que impliquem omissão ou distorção de dados a serem fornecidos ao SINAES responderão civil, penal e administrativamente por essas condutas.

Como colocado, portanto, a CPA é o instrumento que se presta ao “autoconhecimento” da instituição, daí, aliás, a escolha para o título desta comunicação. Autoconhecimento, este, proporcionado pela voz do corpo discente que é formalmente consultado acerca de uma miríade de questões que abrangem desde a qualidade do acervo e atendimentos na biblioteca até a qualidade, sob o ponto de vista discente, das aulas ministradas. Enfim, trata-se de um momento em que a instituição dá voz aos seus alunos para, a partir de uma relação dialética, ou seja, a mirada dos professores em contraste com a mirada dos alunos, buscar melhorar seus processos.

A CPA é, portanto, um momento muito sensível para as instituições de maneira geral. Se isto é verdade para o âmbito do ensino presencial também o é para o ensino a distância. O Centro Universitário X, instituiu sua CPA em conformidade com as prerrogativas legais, sessenta dias após a promulgação da lei, já tendo aplicado, pelo menos, cerca de dez CPAS. A CPA que agora se apresenta para a discussão foi aplicada no segundo semestre de 2015. Trabalho este desenvolvido num contexto, não será exagero dizer, gigantesco. Afinal, são aproximadamente 95.700 alunos

matriculados na instituição, distribuídos entre cursos de bacharelado, licenciatura e tecnológicos. Os resultados desta CPA sem dúvida trazem uma amostragem consistente da satisfação ou insatisfação dos alunos em relação ao ensino do *Centro Universitário X*. Ao mesmo tempo, dado o volume da mostra permite considerações mais gerais acerca dos processos educacionais brasileiros. Os dados ganham consistência por uma série de questões, dentre as quais, a própria abrangência da enquete que inqueriu alunos de grandes centros urbanos mas, também, das áreas mais remotas de norte a sul do país. Como se explicitou anteriormente o Centro Universitário X oferece ensino superior a distância e, por isso, conta com uma mostra discente variada em perfil etário, gênero, origem, condição social. Isso posto, será muito interessante levar ao diálogo internacional o que pensam os alunos do Centro Universitário X acerca de qualidade de educação superior (ensino, avaliação, provas), para identificar aí o que é específico, do Brasil, desta instituição e, não menos importante, o que é recorrente no contexto internacional da educação. Também, será profícuo demonstrar a metodologia de confecção desta avaliação institucional para, assim, buscar interlocução com experiências correlatas no âmbito do *IX Congresso de Docencia Universitaria*. Isso posto, comenta-se ao longo do artigo as metodologias da constituição da CPA do Centro Universitário X e, na sequência, como se deram os processos de recolha e tratamento de dados para, finalmente, apresentar alguns resultados decorrentes desta medição.

Pois bem, a CPA foi elaborada sob a liderança do professor me. Hélio Rubens de Godoy Lechinevski, que hoje ocupa, na *Reitoria do Centro Universitário X*, o cargo de avaliador institucional. Este profissional tem feito um trabalho importantíssimo liderando a Comissão Própria de Avaliação do Centro universitario X. Da sondagem CPA derivam

institucionais que são distribuídos entre os líderes da instituição e responsáveis diretos pelos cursos, ou seja, coordenadores e pró-reitores e reitor. Os coordenadores fazem a distribuição dos resultados para os docentes avaliados. É importante frisar que os relatórios institucionais são divididos em duas abrangências: infra estrutura e educacional. Para o contexto desta comunicação interessa indicar, sobretudo, a metodologia de confecção dos relatórios educacionais.

Como se trata de uma instituição de ensino superior à distancia toda a CPA se passou dentro do contexto do *Ambiente Virtual de Aprendizagem* do Centro Universitário X. Há, infelizmente, uma dificuldade em recrutar os alunos para as CPAS. Não se trata de realidade isolada do Centro universitário X. As sondagens CPA, embora pareça paradoxal, ainda não estão integradas na cultura dos alunos. Muitos fogem das aplicações, que são facultativas, encarando-as como mais um entre tantos encargos burocráticos. Alguns deles, embora exista ampla divulgação sequer tem conhecimento

do instrumento. Ou então, com ceticismo, em relação às ações institucionais no sentido de corrigir as fragilidades verificadas na CPA. Por isso, se busca no *Centro Universitário X*, formas inúmeras de se tornar a enquete mais atrativa aos alunos e, assim, se ampliar o alcance da mesma. Para tanto as enquetes foram aplicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Centro Universitário X, ao qual os alunos já estão bastante habituados.

O instrumento de coleta de dados foi composto de 29 questões, divididas em oito blocos. Os três primeiros referentes exclusivamente ao corpo docente, avaliaram o desempenho dos professores nas aulas interativas (aulas transmitidas ao vivo, em tempo real com interação dos alunos via chat); nas aulas gravadas (aulas disponibilizadas aos alunos no AVA) e na rádio web (programas de cerca de 30 minutos com conteúdos de fixação e, também, com intervenções de alunos via chat). A enquete subsequente voltou-se para a avaliação dos livros e das rotas de aprendizagem das disciplinas. Cabe o esclarecimento de que os alunos do Centro Universitário X recebem livros para complementar as aulas e, também, para o estudo individual. Estes livros, recebem tratamento editorial. São publicados mediante avaliação de conselho editorial e, inclusive, de pareceristas ad hoc e, também, dos coordenadores de cada curso. Os autores dos livros são destacados entre os profissionais mais renomados de suas áreas com ampla qualificação acadêmica. Possuem, também, o registro ISBN. Ou seja, são livros e não meras apostilas. As rotas de aprendizagem, consistem em guias de aprendizagem – com sugestões de bibliografia de relatórios

apoio, material audio visual e questões de fixação, elaborados com o mesmo cuidado com que se elaboram os livros. Finalmente, o questionário apresentou aos alunos uma enquete sobre as atividades pedagógicas on-line (APOL – questões para revisão de conteúdo), e os dois blocos finais contemplaram aspectos relacionados com as avaliações objetivas e discursivas. Os alunos avaliaram individualmente as quatro disciplinas ministradas no segundo semestre de 2015, para classificar os resultados foi utilizada uma escala de 0 a 10:

Antes de avançarmos para os resultados cabem ainda algumas ponderações. As respostas em relação à questão aberta, de cunho mais qualitativo, vieram em decorrência da seguinte provocação: “Utilize o espaço abaixo para comentários e sugestões”. Finalmente, por meio dos conceitos atribuídos pelos alunos, foram calculados “indicadores de satisfação”, após o tratamento dos dados coletados. A avaliação da Rádio Web contou com a opção “não tenho condições de avaliar” de modo que os discentes que não recorreram a este canal (opcional) durante as disciplinas pudessem assinalar sua resposta sem interferir no resultado do indicador. Os resultados

da questão aberta foram compilados em relatórios por área configurando-se um material qualitativo importantíssimo para futuras sondagens acadêmicas.

Pois bem, como foi explicitado anteriormente a sondagem CPA ocorreu num universo de nada menos do que 95.703 alunos. A adesão discente neste contexto não foi, como já se esperava, de 100%. Na verdade, os quantitativos de participação facultativa chegaram 15.484. Ou seja, representando 16,5% da comunidade discente dos cursos de graduação EAD (tecnológicos, licenciaturas, bacharelados). Em números relativos a proporção corresponde a menos da metade. Contudo, não deixa de ser significativa a taxa de 15.484 alunos respondendo, desde suas próprias perspectivas, sobre a qualidade das disciplinas de seus cursos ao longo do segundo semestre de 2015.

Estes dados suscitam uma série de considerações que extrapolariam, facilmente, o limite de páginas proposto para esta comunicação. Assim, evidentemente, fizemos recortes. Os resultados serão apresentados em primeiro lugar de maneira geral e, depois, aprofundaremos para o curso de licenciatura em História. A escolha não foi aleatória, antes se justifica, porque um dos autores é coordenador da mesma licenciatura e por isso tem uma visão mais particularizada do curso. Os índices de resposta próximo de 7,0 foram considerados fragilidades. Vale dizer que a recolha dos dados possui indicadores por curso individualmente, confrontados, com os resultados gerais. Para exemplificar, pode-se visualizar as tabelas abaixo que, também, explicitam o teor das perguntas fechadas realizadas :

Vamos aos resultados: na série histórica (lembramos ao leitor que as CPAS são um hábito institucional) percebe-se que, comparando os dados das pesquisas de 2013 e 2015, houve uma diminuição dos indicadores. Esse fato chama a atenção de forma negativa. Alguns resultados migraram da escala “satisfatório” para “parcialmente satisfatório”, a citar: aulas gravadas, aulas interativas e provas objetivas. Neste itens, falamos do geral, os resultados na pesquisa anterior fecharam em 8,2. Na pesquisa atual, declinaram para 8,0. Os quesitos que avaliaram o material didático, não mudaram de escala, ou seja, mantiveram-se como “satisfatórios”. Porém, apresentaram uma queda mais expressiva em seus resultados: material didático (livros) de 8,5 para 8,1 e material didático (rotas de aprendizagem) de 8,4 para 8,1. A avaliação das “provas discursivas”, que já se situava na escala de análise como parcialmente satisfatória (8,0) teve um declínio no resultado para 7,8, mantendo-se na mesma escala. Já a avaliação da radio web foi a única que apresentou uma elevação da satisfação, passando de 8,0 (parcialmente satisfatória) para 8,1 (satisfatório). Neste cenário, pode-se afirmar que todos os aspectos avaliados ainda expressam dados favoráveis, mesmo que com declínio nos resultados. Mesmo assim, os declínios são elementos delicados que

suscitam atenção da instituição. Uma das questões que pode explicar os decréscimos refere-se à abertura de cursos novos, ou seja, ingresso de alunos ainda não adaptados com a modalidade EAD, e, também, dificuldades estruturais e naturais de processos (falamos da criação de cursos) em inícios de fase. E nessa direção, é que a CPA mostra sua imensa pertinência para a instituição, apontando, para as fragilidades que são encontradas. Nessa direção, aliás, todos os líderes da instituição são instados a remeter ao setor de avaliação institucional o documento chamado monitoramento de ações, onde cada coordenador de curso, reconhece as fragilidades do seu curso e indica as atitudes tomadas para a reversão das fragilidades.

O curso de licenciatura em História que possui um contingente de 3.041 alunos matriculados não apresentou índices de avaliação discente abaixo de 7,1, ou seja, índices considerados regulares. Ao mesmo tempo, apresentou em alguns quesitos índices próximos de 7,5. Ora, mesmo não sendo índices considerados insatisfatórios, eles chamam a atenção e suscitam monitoramento. Nessa direção, os dados próximos do limiar de alerta estiveram, para o caso de história, todos concentrados nos quesitos provas objetivas e discursivas, manifestando a insatisfação do alunado quanto à clareza dos enunciados e correlação/coerência com os conteúdos ou mesmo com a execução do exercício. Em suma, nossos alunos tem dificuldades de entenderem as questões das provas. Não cabe, aqui expor em minúcias o processo avaliativo do Centro Universitário X, senão indicar que as questões estão fundamentadas num modelo interpretativo e contextualizado. Ou seja, os alunos precisam acessar uma série de competências cognitivas que não se resumem à memorização para responder as questões.

Buscando conter o problema, foram lançados simulados (em que os alunos podem resolver questões correlatas às das provas como forma de treinar para as avaliações efetivas) , também foram gravados vídeos instrucionais demonstrando aos alunos os processos de elaboração das questões. Ou seja, mostrando de forma clara e transparente todas as minúcias e nuances dos processos avaliativos da instituição. Nesse sentido, não se age por caso. A principal orientação teórica nesse sentido provém da concepção da avaliação como um processo sistêmico:

Quando falamos de avaliação não estamos a falar de um facto pontual ou de um acto singular, mas de um conjunto de fases que se condicionam mutuamente. Esse conjunto de fases ordenam-se sequencialmente (são um processo) e actuam integradamente (são um sistema). Por sua vez a avaliação não é (não deveria ser) algo separado do processo de ensino-aprendizagem, não é um apêndice independente do referido processo (está nesse processo) e joga um papel específico em relação ao conjunto de componentes que integram o ensino como um todo (está num sistema). (Zabalza, 1995, p. 239)

Esse proceder atento não impede contudo que existam dificuldades. A maioria dos comentários que surgiram na questão aberta em relação ao curso de história se referem

diretamente às avaliações. Vejamos alguns deles a título de exemplo:

Tenho observado , que as provas discursivas estão muito complicada, pois as perguntas nos leva a não compreensão do objetivo proposto. Não tem como decorar dois livros para fazer prova, então porque não fazer avaliação de mais fácil entendimento. Outra coisa, pede-se para apresentar trabalhos em power point mas no polo o computador para inserir o disquete ou pen drive não funciona

Sugestão. poderia voltar os dvds que eram entregues para os aluno isso ajuda na compreensão, eu moro longe da cidade da cidade e não assisto as aulas tenho que pagar para baixarem para mim. as provas objetivas não poderia existir são muito difíceis de compreensão, antes era fácil o entendimento eu entendo o anunciado e não corrempode ao que eu estudei no livro, fica difícil tirar uma boa nota. o portfólio deveria ter mais nota dois trabalhos para ganhar peso 1, afffffff ninguém merece

As respostas dos alunos às questões abertas (apenas para o curso de História) chegam a somar um pequeno compendio de 70 páginas, evidentemente não vamos esgotá-las aqui. Contudo, estes casos são exemplares dos principais dilemas sofridos pela instituição e pelos alunos. Ao leitor ibérico talvez fique difícil de perceber, contudo, estes depoimentos mostram erros crassos de ortografia. Confusão de *enunciado* (com *anunciado*); erros de concordância (as provas objetivas *não poderia existir* (sic) são muito difíceis). Não se trata aqui, de forma nenhuma, de expor aos alunos senão de demonstrar que os processos de democratização do ensino superior no Brasil, ocorreram, antes que, efetivamente, se democratizasse a educação básica de qualidade. Tais erros denunciam o caráter deficitário da formação recebida por estes alunos. Eles não são os únicos.

O corpo dos alunos do curso de licenciatura em história EAD do Centro Universitário X é, por suposto, bastante heterogêneo. Contudo, não é exagerado dizer que boa parte deles possuem um perfil etário (oscilante entre 30 e 60 anos), e um perfil econômico modesto. Muitos deles não estão nas grandes capitais, ou, pelo menos, nos cinturões metropolitanos mas, pelo contrário, em localidades bastante distantes e, por vezes, isoladas do país sem acesso à internet. Nesse contexto, há um grande desafio institucional no sentido de se buscar oferecer os conteúdos didaticamente à este perfil de aluno sem que se perca, lógico, o horizonte da excelência acadêmica. Ora, para estes alunos a avaliação é um processo deveras difícil. Não lutam apenas com o conteúdo, com as austeridades necessárias da vida intelectual, mas contra verdadeiras forças de pressão que, muitas vezes, os podem impelir à evasão. Dificuldades de acesso às novas tecnologias da informação, dificuldades de escrita, leitura e compreensão de texto decorrentes de uma formação básica defasada, necessidades de conciliar família, trabalho e rendimentos entre outras.

A CPA não resolve estes problemas, contudo, talvez o mais importante, dá à instituição acesso aos mesmos e permite à mesma formular políticas e métodos de atuação que

possam dar conta das demandas desse alunado. Ou seja, ao mesmo tempo em que a CPA permite que a instituição realize a máxima “conhece-te a ti mesmo” ela também permite que professores, coordenadores, reitores, pró-reitores entrem numa dinâmica de relação de alteridade com seus alunos mesmo que todos estes agentes estejam separados por quilômetros de distância.

Foram apresentados aqui tópicos referentes à metodologia de composição dos procesos de avaliação institucional do Centro Universitário X. Tais processos seguem o formato institucional fruto da política governamental brasileira denominada de SINAES. Esta comunicação, mais do que esgotar o tema, teve uma intenção um pouco mais modesta, qual seja, demonstrar os traços gerais da metodologia da aplicação da sondagem *CPA e, também, indicar alguns de seus resultados*. Em função do número de alunos matriculados e, também, da racionalização de seus processos administrativos o Centro Universitário X consiste num verdadeiro laboratório vivo de acompanhamento, estudo e pesquisa dos procesos de ensino e aprendizagem universitária no contexto EAD. Contudo, toda esta virtualidade de pesquisa suscita a interlocução e o debate para que seja melhor aproveitada. Portanto, a pretensão desta comunicação foi justamente esta levar metodologia e, alguns resultados, para a interlocução acadêmica internacional.

FREITAS, Ana Lúcia de. (org.). (2010). Capacitação docente: um movimento que se faz compromisso. Porto Alegre : Edi PUCRS.

HERMIDA, Jorge Fernando & BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. A educação à distancia: história, concepções, perspectivas. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/Especial/Final/art11_22e.pdf Acesso em: 30/04/2015.

HERRLEIN, Maria Bernadette. (2011) PUCRS VIRTUAL: Capacitação docente em EAD como implantação de uma cultura Virtual. COLABORA – REVISTA DIGITAL DA CVA – Ricesu. Vol.I, n.2, novembro.

JOHNSON, R. Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony J.; TURNER, Lisa A. (2007) Toward a definition of mixed method research. Journal of Mixed Methods Research, v.1, n.2, p. 112-133.

Zabalza, M. (1995). Diseño y desarrollo curricular (6ª ed.). Madrid: Narcea.